



A EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA AMBIENTAL DO CAPA: O SABER COMPARTILHADO NO CAMPO¹

Tarcísio Vanderlinde (PQ)²

Irene Carniatio (PQ)³

Juliane Vanderlinde (PG)⁴

Cristiano Metzner (PG)⁵

Resumo: Este artigo contempla uma análise da pedagogia ambiental preconizada pelo Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA). O CAPA, considerado uma organização que surgiu no Rio Grande do Sul como um serviço eclesial da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) ao final dos anos de 1970, auge da crise agrícola desencadeada pelos processos de modernização no campo. A entidade visa assessorar o pequeno agricultor no sentido de minimizar os efeitos da crise agrícola, buscando caminhos alternativos à partir da prática da agroecologia e do resgate compartilhado de saberes ancestrais – saberes esses desqualificados pela modernização movida por interesses utilitaristas de mercado. O objetivo deste estudo foi refletir a pedagogia ambiental proposta pelo CAPA que sugere uma nova racionalidade no trato com o meio ambiente. Pautado em fontes específicas e sondagens de campo, metodologicamente, o estudo demonstra que a experiência pedagógica do CAPA é construída de forma solidária na medida que opta por um relacionamento não agressivo com a natureza. Com a aplicação dos princípios da agroecologia e de outras metodologias solidárias, ocorreu um ambiente favorável que possibilitou auxílio estratégico a grupos sociais precarizados. A luta contra os transgênicos e agrotóxicos perpassam as ações práticas desenvolvidas pelo CAPA.

Palavras-chave: *Agricultura Familiar, Agroecologia. Racionalidade ambiental.*

Abstract: This article includes an analysis of the environmental education preconized by the Center of Support of Small Farmers (CAPA). The CAPA, considered a non-governmental organization, arises in Rio Grande do Sul as an ecclesial service of the Evangelical Church of Lutheran Confession in Brazil (IECLB) at the end of the '70s, peak of the agricultural crisis unleashed by the processes of modernization in the field. The organization aims to assist small farmers to minimize the effects of the agricultural crisis, seeking alternative ways based on practice of agroecology and ancestral knowledge shared between generations - the knowledge that is disqualified by modernization driven by utilitarian interests of the market. The aim of this study was to reflect about the environmental pedagogy proposed by CAPA which suggests a new rationalization in the environmental treat. Based on specific sources and field analysis, methodologically, the study shows that the pedagogical experience of CAPA is built with solidarity in the way that it opts for a non aggressive relationship with nature. With the application of agroecology principles and other solidary methodologies, there was a favorable environment that enable strategic help for social restructarion groups. The fight against transgenic and pesticides pass through the practice actions of CAPA.

Keywords: *Family farming, Agroecology. The environmental rationality.*

² Prof^o. Doutor, colaborador do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável – Unioeste, Campus de Marechal Cândido Rondon – PR. Integra grupo de pesquisas Cultura, Fronteiras e Desenvolvimento Regional (CFDR), CNPq. tarcisiovanderlinde@gmail.com.

² Mestranda do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável – Nível Mestrado da UNIOESTE, Campus de Marechal Cândido Rondon. julivanderlinde@hotmail.com

² Discente especial do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável – Nível Mestrado da UNIOESTE, Campus de Marechal Cândido Rondon. suko_cm@hotmail.com.

³ Prof^a. Doutora, colaboradora do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável – Unioeste, Campus de Marechal Cândido Rondon – PR. ireneccarniatio@gmail.com.



INTRODUÇÃO

A expressão “racionalidade”, no que tange ao modo de se produzir no campo, é um termo normalmente associado à implantação de processos de modernização agrícola. No discurso, o conceito de racionalidade costuma acompanhar aquilo que normalmente se entende como modernidade ou expressões que daí derivam, como é o caso da ideia de pós-modernidade. Nestas considerações iniciais pode-se dizer que “racionalidade ambiental” se contrapõe a um tipo de racionalidade que, a partir do aperfeiçoamento de processos industriais, tem se mostrado danoso ao ambiente e ao homem.⁶

Neste início de século, através de um discurso característico, a modernização da economia mantém seu curso. Com um foco mais voltado ao campo, agências mediadoras, como cooperativas ou sindicatos sintonizados com o tempo do agronegócio e das mega-empresas, preconizam a (re)invenção do agricultor. Aparece o empreendedor rural (VANDERLINDE, 2008). Empreendedores rurais, dotados de capacidade de liderança, são transportados literalmente para o “primeiro mundo”, onde podem deslumbrar-se com semeadeiras que usam ar comprimido e pulverizadores com plataforma de 45 metros (REVISTA COPAGRIL, outubro de 2008).

Em termos midiáticos, costuma-se concluir que o mundo em que se vive é constantemente manipulado por estímulos que direcionam as atitudes. Para utilizar uma expressão do geógrafo Milton Santos (2000), seria de fato um mundo de fabulações, aquele que vende fábulas como se fossem coisas reais. Um mundo que vende racionalidades desprovidas de avaliação crítica, estimuladas unicamente pela economia.

A versão mais recente da modernização agrícola ocorre por conta da implantação de cultivos transgênicos com vários desdobramentos. Os críticos, desde o início, imaginavam que a implantação da transgenia poderia ter um efeito desastroso para as pessoas e para o ambiente. Os defensores da transgenia diziam que os desconfiados eram emocionalmente abalados e que tudo não passava de uma discussão ideológica. Inventaram-se novos herbicidas, a respeito dos quais se dizia que controlavam todas as “ervas daninhas”, até se descobrir que a *buva* (*Conyza bonariensis* L.), uma delas, não “tomou qualquer conhecimento do assunto”. Assim, para resolver a situação, mais química foi invocada.

No município de Marechal Cândido Rondon, oeste do Estado do Paraná, o uso do herbicida ácido diclorofenoxiacético, 2,4-D, praticamente triplicou no ano de 2007, aumento ocorrido em razão do combate às “ervas daninhas”. Além disso, constata-se que não existe o controle adequado na aplicação do herbicida, afetando e comprometendo outras culturas, principalmente a fruticultura. Os maiores efeitos são sentidos pelos produtores agroecológicos, mas os efeitos do herbicida acabam alcançando contingentes expressivos da população. Existem alternativas, mas nem todos se dispõem a pagar o preço e, no fim, todos acabam sendo envenenados (JORNAL O PRESENTE, 26 de setembro de 2008).

Considerando a fase de ocupação produtiva que começou a se delinear na Região Oeste do Paraná a partir dos anos de 1950, pode-se concluir que a região parece ter se desenvolvido social e economicamente. Juntando-se à agricultura, muitas agroindústrias e diversas universidades se materializaram no Oeste do Paraná. O progresso chegou, mas, não raras vezes, ele acabou revelando seu lado obscuro. Ainda se despejam, nas lavouras do Oeste do Paraná, cerca de 8 milhões de litros de agrotóxicos por ano. A situação parece revelar um

⁶ Este assunto é discutido detalhadamente por um dos autores destacados no estudo: BATISTELA, Everton Marcos. **Agroecologia e racionalidade ambiental: a mediação social do Capa e a reconstrução agroecológica no sudoeste paranaense.** 2009. Tese (Doutorado em Sociologia) – UFPR, Curitiba, 2009.



preço muito alto a ser pago pela prosperidade. Por outro lado, o “progresso” do Oeste do Paraná pode também estar sendo sustentado por milhares de pessoas em condições de trabalho não desejáveis como exploração da mão de obra, longas jornadas de trabalho e riscos a segurança.

No intuito de avaliar o momento que se vive, pretende-se destacar, neste artigo, a proposta de uma “racionalidade ambiental” e uma “experiência pedagógica ambiental” que, neste caso, é preconizada e desenvolvida pelo Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA).

O PARADOXO DAS ONGs - A PEDAGOGIA AMBIENTAL DO CAPA

A pedagogia ambiental estimulada pelo CAPA pode ser detectada em inúmeras publicações desenvolvidas pela própria entidade. No campo acadêmico, podem ser destacadas as pesquisas desenvolvidas por Vanderlinde (2002, 2006a, 2006b e 2007) e por Batistela (2009). O CAPA, considerado uma organização não-governamental (ONG), surgiu no Rio Grande do Sul como um serviço eclesial da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) ao final dos anos de 1970, auge da crise agrícola desencadeada pelos processos de modernização no campo. A entidade visava assessorar o pequeno agricultor no sentido de minimizar os efeitos da crise agrícola, buscando caminhos alternativos a partir da prática da agroecologia e do resgate compartilhado de saberes ancestrais – saberes esses desqualificados pela modernização competitiva movida por interesses utilitaristas de mercado.

De modo geral, a emergência das ONGs é percebida como um fenômeno novo. Elas atuam diante de assuntos delicados em que os Estados e a própria ONU não têm sabido proceder aos encaminhamentos mais adequados. De caráter multinacional, fazendo uso das possibilidades abertas pelas redes interativas e outras formas atuais de comunicação rápida, elas têm agido como forças de pressão sobre os Estados contra testes atômicos, sobre empresas que agridem o meio ambiente, em programas assistenciais diversos e em muitas outras áreas. De outro lado, as ONGs teriam um caráter corporativo, formando um grupo bastante heterogêneo (CARDOSO, s/d).

Em oportuna análise editorialista do jornal Folha de São Paulo, as ONGs deteriam um poder de atuação e de planejamento limitado. Além disso, nem sempre suas diretrizes de ação são compatíveis com as da política pública. Também não se poderia deixar de ressaltar a diversidade de propósitos fundacionais no universo das ONGs. Por trás dessa designação genérica, há muitos casos em que vige a pouca seriedade, a incompetência ou mesmo a utilização dessas entidades como fachada para atividades ilegais. Isso não serviria para descredenciar o trabalho de ONGs consideradas sérias como a Pastoral da Criança, por exemplo. A atuação desse tipo de organização seria um dado positivo, destes tempos de globalização econômica, que não pode ser desprezado no cumprimento de tarefas históricas do Estado democrático. Em sua interação com as ONGs, portanto, caberia ao poder público escolher bem as parcerias que se coadunem com as diretrizes gerais de sua missão social (FOLHA DE SÃO PAULO, 2001).

Há que se discutir e contextualizar um pouco mais o assunto. Há um aspecto histórico das ONGs que merece ser lembrado e um papel profético das mesmas que merece ser defendido. Cruz Vermelha Internacional, Médicos sem Fronteiras e a Anistia Internacional, seriam ONGs que mereceriam um estudo a parte. Por outro lado, considerar que as entidades



seriam unicamente instrumentos do neoliberalismo para materializar o mundo pensado por Fukuyama, seria reduzir demasiadamente a questão.

O teólogo Leonardo Boff vê com otimismo o papel de ONGs associadas a movimentos sociais. Para além do papel do Estado e considerando o que ele denomina de “grande crise da civilização”, vê na associação de ONGs e movimentos sociais a possibilidade do surgimento de uma nova cidadania planetária (BOFF, 2010, p.3-6). Já mais crítico, David Harvey percebe nas ONGs práticas sociais contraditórias ora identificando-se com políticas neoliberais, ora com causas progressistas. Reconhece, contudo, grandes contribuições em certas áreas como os direitos da mulher, saúde e preservação ambiental. Em termos revolucionários, porém elas seriam muito limitadas pelas instâncias políticas e de formulação de políticas de seus mantenedores (HARVEY, 2010, p. 75).

O fenômeno ONGs é problematizado por Rogério Haesbaert e Carlos Walter Porto-Gonçalves no contexto da “nova des-ordem mundial”. As ONGs seriam talvez as entidades que melhor indicariam o caos sistêmico ou a des-ordem socioespacial fruto da tensão das territorialidades do tempo presente. Se de um lado elas só contribuiriam para debilitar o Estado-nação é preciso considerar que ao mesmo tempo colocam novos desafios aos movimentos sociais. A própria regulamentação das ONGs pela ONU seria um indício do caos sistêmico dos conflitos de territorialidades que se vive. Seria preciso perceber que a ONU é constituída pelos Estados nacionais, e seriam eles que soberanamente estariam abrindo mão de parte da soberania ao consagrar formalmente entidades que se definem como não-governo (HAESBAERT; PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 69-76).

O não-governo confere as entidades um sentido extremamente ambíguo diante das políticas de ajuste estrutural recomendadas por organismos internacionais. O assunto ainda fica mais complicado, quando se sabe da apologia que as instituições multilaterais costumam fazer às organizações não-governamentais, ao mesmo tempo em que impõem políticas de flexibilização generalizada e de esvaziamento do Estado. Corre-se assim, em nome de boas causas, legitimar o trabalho precário, na medida em que se observa que a maior parte dos que militam em ONGs não terem direitos sociais garantidos ou dependerem de novos financiamentos, colocando-se frequentemente na dependência da agenda de financiadores (HAESBAERT; PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 69-76).

As organizações não-governamentais poderiam estar contribuindo para a fragilidade da sociedade civil tradicional. E mesmo a ação de ONGs junto às populações indígenas e afrodescendentes, na qual se poderia identificar um aspecto positivo, pode também ser entendido como um esvaziamento da sociedade civil organizada. Afinal trata-se de segmentos da sociedade que ficaram alijados da cidadania na conformação contraditória dos Estados nacionais, sobretudo nos antigos territórios coloniais onde, apesar da independência, permaneceu ainda a colonialidade. Assim as ONGs retiram sua legitimidade da crise das territorialidades herdadas, para o que contribuem com sua própria ação. Grande parte da sua legitimidade moral é retirada do apelo frequente a ética, ocupando assim cada vez mais o lugar da política na formulação dos direitos humanos, no combate a fome, no atendimento às crianças abandonadas, no combate a AIDS, nas questões do meio ambiente.

Pode-se ainda dizer que no âmbito mundial, as organizações do Terceiro Setor assumem um papel que pode ser considerado fundamental na sociedade contemporânea, tendo em vista a incapacidade estatal e da iniciativa privada em responder às vastas precisões populacionais. O importante seria considerar que em meio a tantas organizações voltadas para as causas sociais, a busca por diferenciais competitivos não deve levar as organizações orientados por valores a esquecerem dos ideais que justificam sua existência: as necessidades humanas (BARROS; SANTOS, 2010). Com uma enorme diversidade ideológica e



praxeológica, no tempo presente, a problemática ambiental acabou desencadeando a emergência de novos movimentos sociais em resposta a destruição dos recursos naturais, à degradação dos serviços ambientais e ao déficit dos serviços públicos, que incidem na degradação da qualidade de vida da população (LEFF, 2009, p. 96-117).

Na sua experiência pedagógica ambiental, o CAPA distribui-se em cinco núcleos de atuação na Região Sul do Brasil: municípios de Pelotas, de Santa Cruz do Sul e de Erechin no estado do Rio Grande do Sul e municípios de Verê e de Marechal Cândido Rondon no estado do Paraná. No município de Marechal Cândido Rondon, a entidade atua desde o ano de 1997. Além disso, o CAPA mantém convênios com prefeituras e com escritórios próximos aos seus núcleos de atuação. No Rio Grande do sul, o CAPA desenvolve trabalhos entre indígenas, comunidades quilombolas e pescadores artesanais.

Vive-se, presentemente, um momento de grandes paradoxos no mundo. De um lado percebe-se um crescente fortalecimento de entidades ambientalistas, que buscam uma sociedade mais justa e sustentável. De outro, representações de classe que questionam a idoneidade dos movimentos oponentes e não conseguem olhar para a natureza sem imaginar que dali não se possa retirar algum lucro a mais.

Os debates passionais sobre a manutenção da reserva florestal legal no Brasil são sintomáticos nesse sentido. A discussão pela extinção da reserva legal tem se mostrado problemática e revela uma racionalidade questionável ao adotar prejuízos econômicos como seu principal argumento. Neste sentido, é preocupante, por exemplo, o ponto de vista expresso pela direção de uma das cooperativas mais expressivas do cenário nacional e que tem sua sede no município de Palotina, no Oeste do Paraná. “O trigo, a soja, o milho, o arroz, o feijão e as carnes não dão em árvores. Então, se a produção diminuir, os preços dos alimentos poderão subir” (LANG, 2009, p. 30).

Em outro momento, a argumentação desqualifica eventual opinião “estrangeira” sobre o assunto. O recado evidentemente se direciona a entidades ambientalistas que, no tempo presente, têm inserção mundial: “As pessoas que vêm aqui dar palpites já destruíram as matas nos seus países. Eles que voltem para as regiões deles e reestabeleçam as matas que destruíram” (LANG, 2009, p. 5).

A argumentação revela uma forma reducionista de avaliar a questão ambiental que hoje é um problema global e, portanto, afeta a todos. Vive-se um momento de racionalidades em choque, pois, de um lado se encontram os “eco-chatos”, que costumam “perturbar” este tipo de discussão, e, de outro, os “eco-cidas”, que se escondem numa argumentação supostamente racional. Na defesa da “desideologização” da discussão sobre a reserva legal, por exemplo, uma estranha parceria entre ambientalismo e agronegócio é defendida como viável desde que se permita abertura para mudanças no atual Código Florestal Brasileiro (SCIARRA, 2009, p. A2).

A discussão de fato é problemática. O argumento da “desideologização” é, ele próprio, um discurso ideológico. No nivelamento superficial da discussão considerada como a mais racional, a argumentação “desideologizada” defende interesses políticos e de classe que nem sempre deixam claras as reais intenções.

Numa postura que pode ser considerada um avanço em relação à sustentabilidade, pode ser destacada a imagem, que se começa a traçar em setores mediadores, com relação à cientificidade das pesquisas no âmbito agrícola. Pesquisadores da Embrapa, além de outros engenheiros agrônomos, na defesa do milho Bt (transgênico), dividem suas opiniões entre a apologia do avanço científico e uma cautelar ética do cuidado. Esta ética leva em conta a natureza e os agricultores que optam por manter os cultivos convencionais. Admite-se que



lidar com transgênico possa ser perigoso e, sendo assim, é preciso ter atitudes prudentes e seguir a lei (O PRESENTE RURAL, julho de 2009).

Em seu estudo sobre a racionalidade ambiental do CAPA, Batistela (2009) discute o desastre provocado pela ideologia do progresso e do desenvolvimento sem limites. Neste sentido, pode-se concluir que a crítica da modernidade é uma questão ideológica imprescindível nas discussões sobre sustentabilidade. A conclusão é que, de fato, parece que jamais fomos modernos, pois ainda não se conheceu a emancipação propalada pelo projeto da modernidade. No diálogo estabelecido com diversos pensadores, Batistela (2009) conclui que a sustentabilidade é o sinal de uma falha fundamental na história da humanidade. E uma das constatações é que a força libertadora da modernidade enfraquece à medida que ela mesma triunfa. Neste sentido, não seria um exagero afirmar que teria sido preciso destruir o mundo em teorias para que se pudesse destruí-lo na prática. Urge, portanto, instituir outro paradigma civilizatório.

O crítico norte-americano Immanuel Wallerstein (2002) lembra que, nos tempos de sua faculdade, em finais da década de 1940, estudavam-se as virtudes e as realidades de sermos modernos. Hoje, mais de meio século depois, estaríamos sendo informados sobre as virtudes e as realidades de sermos pós-modernos. O que teria acontecido com a modernidade, que não é mais a nossa salvação e se tornou o nosso demônio? Não é ela que deveria ter sido o presumível triunfo da liberdade humana contra as forças do mal e da ignorância?

A agroecologia emerge, na reflexão de Batistela (2009), como opção aos avanços desastrosos da modernidade. A agroecologia (re)introduz um senso de orientação ética ofuscado por atitudes como o uso do secante químico, criminosamente utilizado para homogeneizar e para acelerar os processos naturais de amadurecimento das plantas. A modernidade formata a ideia de progresso, ideia que, desacreditada, deságua no desenvolvimentismo, criando-se, assim, uma espécie de “oitavo dia”, impulsionado pela função utilitarista do mercado. A crise da ruralidade sobre a qual Batistela (2009) discute ocorre no contexto. Sua pesquisa revela um esforço intelectual em sistematizar uma teoria sobre racionalidade ambiental com ênfase nos princípios da agroecologia e tendo como exemplo a atuação pedagógica do CAPA no Sudoeste do Paraná. Seu estudo buscou focar a agroecologia enquanto movimento social crítico e questionador de padrões da modernidade, e enquanto núcleo gerador de um conjunto alternativo de significados da ação social do agricultor ecológico, pela perspectiva reconstrutiva de uma racionalidade social ambiental.

O desastre da modernidade apontado por Batistela (2009) pode, contudo, ser curiosamente atribuído ao triunfo das “ideologias masculinas”, ideologias discutidas por muitos críticos do progresso. Neste sentido, vale a pena prestar atenção ao androcentrismo, conceito que foi oportunamente levantado na tese do autor. O depoimento de uma das mulheres entrevistadas durante a fase da pesquisa pode ser considerado revelador:

As primeiras agricultoras eram mulheres, historicamente na história da agricultura quem começou foram as mulheres, justamente por terem mais sensibilidade e maior percepção e é justamente isso que precisa uma agricultura alternativa, mais sensibilidade e percepção de detalhes. Na agroecologia são coisas sutis que fazem a diferença e as mulheres percebem isso com mais facilidade (ROME, apud BATISTELA, 2009, p. 192).



O depoimento inédito se aproxima da discussão da ética do cuidado⁷ realizada por Leonardo Boff (2008) e do desastre explícito das “ideologias masculinas” discutidas por Fritjof Capra (2005). A constatação de Capra é que a exaltação do consumo material tem raízes ideológicas profundas, que vão muito além da economia e da política, pois elas estariam ligadas à associação universal da virilidade com os bens materiais nas culturas patriarcais, ou seja: quanto maior a quantidade de bens materiais detidos pela pessoa, mais heróica, mais forte ela é.

Sob o paradigma de uma nova racionalidade ambiental e considerando a economia local como foco de sustentabilidade, o protagonismo do CAPA pode ser comparado a outras entidades mediadoras que procuram caminhar de forma diferenciada dos receituários que orientam a economia liberal. Sendo assim, a articulação das pessoas que ocorre em torno do CAPA pode ser caracterizada como um dos movimentos anti-hegemônicos que se percebem em muitas partes do planeta. Neste sentido, considera-se oportuno destacar uma observação do sociólogo Boaventura de Sousa Santos (2002), observação que parece ser convergente com as reflexões realizadas por Vanderlinde (2008) e Batistela (2009) e que se refere à racionalidade ambiental fundamentada na sustentabilidade definida pelo CAPA.

Santos (2002) observa que ainda hoje a maioria da população mundial mantém economias relativamente tradicionais, muitos não são “pobres” e uma alta percentagem dos que são foram empobrecidos pelas políticas da economia neoliberal. Em face disto, a resistência mais eficaz contra a globalização reside na promoção das economias locais e comunitárias, economias de pequena escala, diversificadas, autossustentáveis, ligadas a forças exteriores, mas não dependentes delas. Segundo esta concepção, numa economia e numa cultura cada vez mais desterritorializadas, as respostas contra os malefícios não podem deixar de ser a reterritorialização, a descoberta do sentido do lugar e da comunidade, o que implica a descoberta ou a invenção de atividades produtivas de proximidade.

Numa reflexão atualizada sobre o CAPA, é oportuno destacar a motivação religiosa da IECLB, motivação que movimenta a entidade e que foi fundamental para o seu surgimento e a sua viabilidade. No plano de ação missionária da IECLB 2008-2012, o CAPA é visto como um trabalho diferenciado junto à sociedade com o intuito de promover ações efetivas e questionadoras diante de situações de injustiça, de opressão e de exclusão. Nesta perspectiva, o que importa é desenvolver sensibilidade para as necessidades e as “dores da sociedade” e adquirir competência solidária. No contexto, a missão do CAPA para o triênio 2007 – 2009 foi assim estabelecida:

O CAPA tem por missão contribuir ativamente na promoção do desenvolvimento que proporcione vida digna a todas as pessoas, sendo que as suas ações estão centradas no fortalecimento da capacidade de cooperação e organização da agricultura familiar para a produção agroecológica, utilizando metodologias de trabalho que valorizem a participação e o conhecimento local, associem teoria com a prática e promovam a equidade das relações, autonomia e bem-estar das famílias (IDE, 2008, p. 3).

⁷ Diante dos impactos já realizados no ambiente de vida, urge o desenvolvimento da “ética do cuidado”. Alguns nomes costumam ser lembrados por Boff como precursores quando explica a ética do cuidado: Francisco de Assis, Madre Teresa de Calcutá, Chico Mendes e a enfermeira Florence Nightingale. Na época das guerras colonialistas, com cuidados simples, Florence diminuiu drasticamente a mortalidade dos feridos em combate. O “cuidado” seria a essência do ser humano e sem o qual sua própria existência estaria completamente comprometida. De acordo com Boff, um exemplo básico pode esclarecer a importância do “cuidado”: “Todos nós somos filhos e filhas do cuidado de nossas mães” (BOFF, 2008).



Desde a sua fundação, o CAPA procurou instrumentalizar pequenos agricultores progressivamente marginalizados por uma racionalidade agrícola agressiva que infestou o ambiente com venenos e os afastou do mercado e dos seus meios de sobrevivência. A instrumentalização passa pela adoção e pela recuperação de saberes ancestrais e tem foco no compartilhamento de saberes que ocorre na ação solidária desenvolvida pela entidade. Neste sentido, a ação do CAPA pode ser considerada a materialização de uma pedagogia sustentável, de uma possibilidade de trabalhar a terra com respeito e com o pensamento voltado para a sobrevivência de gerações futuras.

O CAPA, no seu objetivo de levar solidariedade e sustentabilidade ao agricultor familiar pela via da agroecologia, procura mostrar aos agricultores que por ela são apoiados que aquilo que se chama hoje de *agricultura convencional* é, na verdade, agricultura predatória, não sustentável e traz danos à saúde de homens e animais. Como foi possível constatar nessa investigação, esta não é uma tarefa das mais fáceis. O trabalho do CAPA foi definido por um dos seus técnicos como sendo uma gota d'água no oceano, tal a predominância, na área de sua atuação, da agricultura convencional, que é aquela que funciona a jusante das indústrias e do comércio de agrotóxicos. É possível imaginar aí uma luta de “Davi contra Goliath”, e que, a exemplo do relato bíblico, poderá ter igualmente um final feliz. Muitos dos agricultores que são assistidos pelo CAPA são sobreviventes da desastrosa *revolução verde* e vêem nessa entidade a possibilidade de reconstruir suas vidas com qualidade, enquanto agricultores familiares, na medida em que, progressivamente, reconstruam a biodiversidade de suas pequenas propriedades.

Para que essa reconstrução de vida aconteça é necessário que uma reconstrução de conhecimento e novas atitudes das pessoas esteja presente. A educação ambiental, como componente de uma cidadania abrangente, está ligada a uma nova forma de relação ser humano/natureza, e a sua dimensão cotidiana leva a pensá-la como somatório de práticas e, conseqüentemente, entendê-la na dimensão de sua potencialidade de generalização para o conjunto da sociedade. Entende-se que essa generalização de práticas ambientais só será possível se estiver inserida no contexto de valores sociais, mesmo que se refira a mudanças de hábitos cotidianos.(JACOBI, 2003).

CAPA E SEU *MODUS OPERANDI*

Em seu *modus operandi*, o CAPA, dá relevância à informação, que é feita de forma diversa, ou seja, nas reuniões, ou através de outros meios de comunicação. Neste caso, os panfletos explicativos e cartilhas são de uso corrente entre os associados⁸.

As reuniões da coordenação do grupo de apoio e os dias de campo eram outras atividades desenvolvidas que auxiliavam as atividades e transmissão de conhecimento entre os agricultores familiares. Um breve relato dos pontos positivos e negativos dos trabalhos do CAPA no ano de 2000 mostra como o trabalho é desenvolvido e as preocupações com os melhoramentos. Como pontos positivos, destacaram-se a ampliação do número de agricultores associados, o aumento da produção e a sua devida melhoria qualitativa.

⁸ Vale destacar, neste contexto, o desenvolvimento do projeto *Terra Solidária*, em curso no núcleo de Marechal Cândido Rondon, que visa possibilitar que os agricultores concluam o ensino básico através de módulos ministrados periodicamente. Entre outros objetivos, este projeto visa preparar agricultores como agentes de desenvolvimento rural.

Destacaram-se, ainda, as parcerias em curso com municípios, o fortalecimento da ACEMPRE (Associação Central de Produtores Rurais Ecológicos) enquanto setor responsável pela comercialização dos produtos e o fortalecimento da entidade com base no ideal associativista. Perceberam-se, como pontos favoráveis, a dedicação dos produtores e da equipe, bem como aumento da capacitação profissional da equipe técnica do CAPA. Outro ponto positivo, detectado na avaliação, foi a crescente participação feminina nas atividades desenvolvidas pelo CAPA.

Entre os fatores negativos destacados, durante a reunião, lembrou-se a geadada, que prejudicou o desempenho das experiências com plantação de café e outras plantações voltadas à fruticultura. Constatou-se que é necessário ir aprimorando o trabalho técnico, com melhor planejamento principalmente no que tange às visitas aos agricultores, ou seja, profissionalizar ainda mais a equipe técnica de apoio. Como ponto desfavorável, constatou-se a pouca participação de jovens nas atividades desenvolvidas pelo CAPA, algo, segundo os presentes, preocupante e que deverá receber uma atenção proximamente por parte desta entidade.

Com relação às perspectivas e demandas, destacou-se a necessidade do desenvolvimento de agroflorestas e agendamento para novas visitas de intercâmbio com produtores agroecológicos de outras regiões. Destacou-se a idéia de “trabalhar a propriedade como um todo”, ou seja, adotar os procedimentos necessários para a completa conversão das propriedades dos agricultores com vínculo ao CAPA. A produção do “leite verde”, por exemplo, faria parte também desta visão holística sobre o ponto de vista agroecológico da propriedade. A seguir apresentamos algumas fotos.



FIG. 1 - Demonstração de máquina em dia de campo na propriedade de Livar Kaiser (dezembro de 2000)

FONTE: Acervo particular de Tarcísio Vanderlinde



FIG. 2 - Agricultora e filha fazem sementeira (novembro de 2000)

FONTE: Acervo particular de Tarcísio Vanderlinde



FIG. 3 - Agricultor Livar Kaizer explica como organiza sua propriedade em dia de campo (dezembro de 2000)

FONTE: Acervo particular de Tarcísio Vanderlinde



CONCLUSÃO

Discutir sustentabilidade a partir de um diálogo de saberes solidários e responsáveis aponta para uma das utopias que precisam ser construídas no século XXI. Envolver-se com este assunto é perceber de imediato que existem racionalidades que apontam para caminhos divergentes. Uma delas, que muito nos prometeu, vem atrelada à ideia de modernidade e acabou se tornando uma jornada inconclusa, revelando, para a humanidade, um lado obscuro e colocando em risco a presença humana no planeta. As práticas desse projeto suicida continuam poderosas e em rotas de colisão com os projetos alternativos que pretendem elevar ao máximo a sustentabilidade da “teia da vida”. “O grande desafio do século XXI é da mudança de sistema de valores que estão por trás da economia global, de modo a torná-lo compatível com as exigências da dignidade humana e da sustentabilidade ecológica” (CAPRA, 2005, p. 268).

Este artigo procurou refletir sobre a pedagogia ambiental proposta pelo CAPA que sugere uma nova racionalidade no trato com o meio ambiente. O CAPA emerge como um serviço eclesial da IECLB nos anos de 1970 e foi marcado pela ideia de que a racionalidade preconizada pela revolução verde (ou seja, pela modernização agrícola) criou impactos desagregadores que levaram os pequenos agricultores a uma situação de precarização social, além de um consequente esvaziamento de áreas rurais. Pode-se considerar que o CAPA surge como uma resposta da igreja à qual é vinculado, com o objetivo de oferecer aos pequenos agricultores possibilidades de alterar a situação. Além disso, vale dizer que, com a aplicação de princípios da agroecologia e de outras metodologias solidárias, ocorreu um ambiente favorável que possibilitou retirar da invisibilidade grupos sociais com os quais a entidade atua, como é o caso de comunidades quilombolas, indígenas e de pescadores artesanais. Com isso ocorreu a transformação desses grupos em sujeitos ativos, em atores sociais organizados para reivindicar seus direitos e para negociar políticas públicas nos espaços locais e regionais de decisão política.

A história dos agricultores familiares vinculados ao CAPA leva à conclusão de que se “lança a vida para dentro da própria história (...) e oferece os meios para uma transformação radical do sentido social da história” (Thompson, 1992, p. 44).

A racionalidade pedagógica ambiental do CAPA é viabilizada pela prática da agroecologia onde se busca um relacionamento não agressivo com a natureza. E, neste sentido, vale acrescentar uma ironia relacionada aos cultivos transgênicos e que vem apenas confirmar a sustentabilidade defendida pelo CAPA. Constata-se que, para viabilizar cultivos transgênicos, no caso principalmente do milho Bt, são sugeridas áreas de refúgio para melhor viabilizar a tecnologia. As áreas de refúgio podem ser formadas por cultivos convencionais, mas em conexão estratégica com a área de cultivo transgênico. Sem as áreas de refúgio, a tecnologia transgênica poderá ser abalada e ter seu desempenho comprometido. O refúgio seria necessário para que os insetos que resistiram ao tratamento químico na área do cultivo transgênico se cruzem com os que estão na área de refúgio e percam resistência, transmitindo assim esta característica para a geração seguinte dos insetos que tentarão povoar novamente a área de cultivo transgênico.

É, de fato, uma ironia concluir que a viabilidade do projeto Bt se encontre na própria natureza. A natureza é de fato sábia, embora, no contexto de uma racionalidade técnica, muitas vezes se valorize certo “contorno científico” para descobrir, enfim, que a solução já estava ali. Ela mesma, a natureza, pode oferecer os indicativos como utilizá-la de forma



responsável. A natureza sempre foi um refúgio confiável e estratégico para sustentabilidade. A racionalidade pedagógica ambiental do Capa, desde a sua formulação, sempre apontou para esta direção.

REFERÊNCIAS

BARROS, Marizeth Antunes; SANTOS, Thaís Chacon dos. Terceiro Setor: racionalidade instrumental ou substantiva. Revista Espaço Acadêmico, n. 113, out. 2010.

BATISTELA, Everton Marcos. **Agroecologia e racionalidade ambiental**: a mediação social do Capa e a reconstrução agroecológica no sudoeste paranaense. 2009. Tese (Doutorado em Sociologia) – UFPR, Curitiba, 2009.

BOFF, Leonardo. Estamos diante de uma grande crise de civilização. Amigos da Natureza. Marechal Cândido Rondon, Dez. 2010.

BOFF, Leonardo. **Uma defesa da Carta da Terra** (Conferência). Marechal Cândido Rondon, 7 de maio de 2008.

BOFF, Leonardo. **Homem**: satã ou anjo bom? São Paulo: Record, 2008.

CAPRA, Fritjov. **As conexões ocultas**: ciência para uma vida sustentável. São Paulo: Cultrix, 2005.

CARDOSO, Ciro Flamarion. No limiar do século XXI. Versão fotocopiada, sem data.

FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, 14 de janeiro de 2001.

HAESBAERT, Rogério; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A nova des-ordem mundial. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

HARVEY, David. Organizando para a transição anticapitalista. Margem esquerda. São Paulo: Boitempo Editorial. Nov. 2010.

IDE, Hans-Hulrich. **A gente pega junto**: protagonismo na agricultura familiar. Trabalho e Porto Alegre: C&M, 2008.

JACOBI, Pedro. "Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade". *Cadernos de pesquisa* 118.1 (2003): 189-205.

JORNAL O PRESENTE RURAL, julho de 2009.

JORNAL O PRESENTE, 26 de setembro de 2008.

LANG, Alfredo. É preciso mudar a lei. **Revista Cvale**, março/abril, 2009.



LEFF, Enrique. Ambiente e movimentos sociais. In: LEFF, Enrique. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis: Vozes, 2009.

REVISTA COPAGRIL, outubro de 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000.

SCIARRA, Eduardo. Menos ideologia, mais parceria. **O Paraná**, 7 de agosto de 2009.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

VANDERLINDE, Tarcísio. A (re)invenção do agricultor: uma análise dos discursos no Informativo Copagril. **Tempos Históricos**. Cascavel: Edunioeste, 2008.

VANDERLINDE, Tarcísio. Capa: o jeito luterano de atuar com os pequenos agricultores no sul do Brasil. **Estudos Teológicos**. n. 2, São Leopoldo: Com-Texto Gráfica e Editora, 2006a.

VANDERLINDE, Tarcísio. **Entre dois reinos**: a inserção luterana entre os pequenos agricultores no sul do Brasil. Cascavel: Edunioeste, 2006b.

VANDERLINDE, Tarcísio. **Estratégias de vida, agricultura familiar e formas associativas**: um estudo de caso - CAPA - núcleo oeste. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – UFF, Niterói, 2002.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Após o liberalismo**: em busca da reconstrução do mundo. Petrópolis: Vozes, 2002.